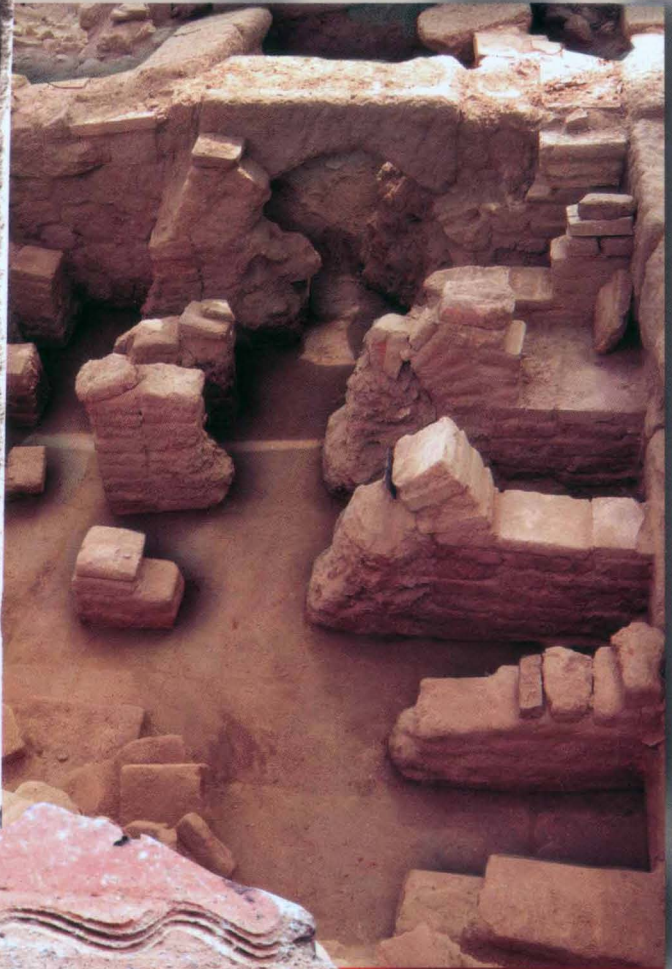


EBVROBRIGA

. Arqueologia . Património . Museologia

Melhor Trabalho
sobre Museologia
2010
1º Prémio
APOM

Revista do Museu Arqueológico Municipal
José Monteiro
do Fundão



Director: Manuel Frexes

Coordenador Redactorial: J. Mendes Rosa

Secretariado da Redacção: Fábio Nogueira, Hugo Rodrigues, Joana Bizarro, Miguel Gavinhos, Nuno Pimenta, Otilia Nunes, Paulo Gonçalves, Pedro Mendonça, Pedro Ribeiro.

Propriedade: Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

Conselho Editorial: Adriano Vasco Rodrigues, Amílcar Guerra, Ana Mercedes Stoffel, António Martinho Batista, António Nabais, Armando Coelho Ferreira da Silva, Enrique Ariño Gil, Fernando Patrício Curado, Francisco Faure, Henrique Coutinho Gouveia, Hugues de Varine, Jesús Liz Giral, Jesué Pinharanda Gomes, João dos Anjos Neves, João Mendes Rosa, João Nuno Marques, João Trigueiros, Joaquim Candeias da Silva, Joaquim veríssimo Serrão, Jorge Alarcão, José Branquinho de Carvalho, José Cardim Ribeiro, José d'Encarnação, José Parcerias, José Santolaya Silva, Julián Bécares, Luís Raposo, Manuel Poças das Neves, Maria Carmen Sevillano San José, Maria Cruces Blázquez, Maria Paz Garcia Bellido, Mário Mendes Rosa, Mário Moutinho, Mário Nunes, Marcos Osório, Martín Almagro Gorbea, Miguel G. Figuerola, Paulo Fernandes, Pedro Carvalho, Raquel Vilaça, Socorro Lopez Plaza, Trinidad Nogales Basarrate.

Concepção gráfica original: Cláudia Saraiva | J. Mendes Rosa

Design gráfico e paginação: Grafisete - Artes Gráficas, Lda.

Impressão: Grafisete - Artes Gráficas, Lda.

ISSN: 1645-9687

Depósito Legal: 255163/07

Periodicidade: Anual

Edição: N.º 6

Pedidos de exemplares e correspondência relativa a colaboração e permuta devem ser dirigidos a:

EBUROBRIGA - Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

Rua do Serrão, N.º 13-15 • 6230-418 FUNDÃO

Telefone: 275 774 581

Fax: 275 774 583

www.museuarqueologicofundao.com

E-mail: geral@museuarqueologicofundao.com

Solicita-se permuta / On demand l'échange

Man bitten um Austausch / Exchange requested

Raquel Vilaça, Através das Beiras Pré-História e Proto-História

Coimbra: colecção Raiz do Tempo Palimage/Terra Ocre Edições, 2008

Apresentação pública da obra,
Museu Arqueológico Municipal José Monteiro(Fundão)

João Luís Cardoso*

O livro que a Doutora Raquel Vilaça escreveu e do qual tenho hoje o grato prazer de tecer algumas breves palavras de apresentação intitula-se: **Através das Beiras Pré-História e Proto-História** e integra-se na Colecção Raiz do Tempo, publicada pela Palimage/Terra Ocre Edições, de Coimbra, que já deu à estampa, com esta, dezoito obras, de diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Em particular, o presente contributo aparece na sequência de outros temas de História Regional e Local, especialmente da região Centro, aliás uma componente dominante na Colecção, que saúdo, na pessoa do editor, com votos dos maiores êxitos.

A Doutora Raquel Vilaça tem dedicado à Beira Interior a parte mais produtiva e importante da sua fecunda actividade científica, pois desde há cerca de um quarto de século que vem palmilhando a região, reunindo, de início, os elementos necessários para a sua tese de doutoramento, defendida em 1995, a qual foi distinguida em 1997, com o Prémio Gulbenkian de Arqueologia. Já então os seus interesses se centravam no Bronze Final do centro e sul da Beira Interior, curto período de talvez pouco mais de quatrocentos anos, cavalgando a transição do segundo para o primeiro milénio a.C., tão notável de testemunhos, em grande parte arrancados literalmente à terra pela autora. Estes trabalhos, prosseguidos até ao presente, foram sendo paulatinamente alargados, tanto no âmbito temático, pois estendeu os seus interesses à Idade do Ferro e recuou a sua investigação ao Neolítico e ao Calcolítico, alargando-a, também, do ponto de vista territorial, à Beira Duriense.

Tais trabalhos de campo deram invariavelmente origem, tanto a publicações, como a comunicações a congressos da especialidade, que projectaram a sua investigação além fronteiras.

Se a tudo isto somarmos a preocupação da autora em compaginar o sucesso da sua investigação pessoal, com a formação de novas vocações, associando antigos alunos que, por via dos apoios recebidos, se vão afirmando neste difícil domínio científico, criando Escola, então pode afirmar-se sem favor que, além de Professora prestigiada, a Doutora Raquel Vilaça já entrou na galeria dos Mestres da Universidade de Coimbra, constituindo o seu nome uma referência incontornável da Arqueologia

* Professor Catedrático de Pré-História e Arqueologia da Universidade Aberta.

Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).



portuguesa, presente e futura. É caso para dizer que antiga discípula não desmerece do Mestre, o Professor Jorge de Alarcão, sempre por ela lembrado com admiração.

Enfim, a importância das acções de extensão cultural em que esteve e está envolvida, em estreita articulação com o Poder Local ou com Organizações Não Governamentais – realidade aliás expressivamente confirmada na presente obra, já que foram nada menos de cinco as Câmaras Municipais beirãs que apoiaram a sua edição – completam o perfil discreto da sua personalidade, como cidadã empenhada na qualificação da vida cultural do seu País, feita de pequenos nadas, por certo mais eficazes e consequentes que muitos dos grandes acontecimentos mediáticos.

Nesta obra, organizada do geral para o particular, e das temáticas de cronologia mais antiga para a mais recente, avultam as sínteses regionais e de balanço de conhecimentos sobre diversas regiões da Beira Interior, desde o Calcolítico ao Bronze Final ou à transição do Bronze Final para a Idade do Ferro, a que se sucedem estudos de carácter mais monográfico: é o caso da síntese sobre os primeiros artefactos de ferro do território português, ou aquela, ainda no prelo, que sistematiza e discute as evidências materiais de origem mediterrânea conhecidas no Bronze Final da zona Centro do actual território português, no âmbito da chamada “Précolonização”.

Caso particular, é o estudo das enigmáticas peças de bronze do Bronze Final, com várias formas, as quais foram atribuídas a ponderais, depois de exaustivamente descritas e inventariadas, identificando-se, pela primeira vez, relações métricas em alguns conjuntos mais numerosos, como o do castro de Pragança (Cadaval). E poderia ter ficado por esta aparentemente simples conclusão, que sobejamente já justificava o destaque devido a tão original contributo. Mas não: depois de discutir os produtos objecto das ditas operações de pesagem, desenvolve, na parte final do trabalho, considerações do maior interesse para a cabal compreensão do que foi o Bronze Final do território português, esse período que definitivamente a fascinou: diz ela, resumindo todo um pensamento de saber de experiência feito: “No Bronze Final do Ocidente Peninsular não há mercados, não há palácios, não há templos. Nada indica que tenha existido um poder centralizador e controlador, estável e instituído (...). Cremos antes que há pequenas unidades territoriais multicêntricas, com poderes individualizados, dispersos, certamente fluidos, pouco estáveis (...).

Como já defendemos, o Bronze Final é uma época de fingimento (Vilaça, 1998 a: 214). Esse é um dos seus fascínios. Será sempre complicado, aos “olhos ocidentais” ver e compreender a “lógica irracional” dessa época. Poderemos afirmar que estudámos, de facto, ponderais; mas não sem acrescentar que o afirmamos com alguma hesitação. Tal como as armas

não são reflexo directo da existência de um estado de guerra ou conflito efectivo, tal como há mortos (ou o que deles resta) sem sepulturas e sepulturas com “mortos” mas não com corpos, também os ponderais não são sinónimo de centros comerciais e de normas de mercado, nem, tão-pouco, de uma utilização prática efectiva. A distância entre o que está e o que foi, ou foi sendo, pode ser enorme”.

O significado profundo destas palavras, não tenhamos ilusões, fica aquém da compreensão de um leitor desprevenido, desconhecedor da temática em discussão, que por mera curiosidade, tenha decidido comprar o livro, iniciando a sua leitura pela página 161. Esse leitor ocasional poderia mesmo ser tentado a abandonar definitivamente o exercício de acompanhar a autora, cujo raciocínio, como lhe é habitual, discorre de forma sóbria, contida, clara e objectiva, que é, afinal, o que se pede a um texto científico, despido de gongorismos, de belos quanto efémeros efeitos pirotécnicos tão ao gosto de certos dos seus colegas, mais dados às simples locuções do espírito do que ao árduo estudo dos materiais. Só que, como se depreende da Nota Prévia ao Volume, não é por acaso ter ocupado tal texto o penúltimo lugar na sequência seleccionada para publicação. Vejamos, pois, as razões que me levam a admitir que essa leitura seria compreendida por parte daqueles leitores com um nível de preparação médio, e sobretudo já instruídos pelas leituras exigentes... mas compensadoras, das páginas antecedentes do volume.

Com efeito, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto textos, correspondem a sínteses, datadas respectivamente de 2000, 2008, 2005 e de novo 2000 sobre a presença humana, no sul da Beira Interior, desde o Neolítico até aos finais da Idade do Ferro, em cujo conhecimento interveio decisivamente a autora.

Começando pelos vestígios mais antigos, merece destaque a identificação de uma presença neolítica no Monte do Frade (Penamacor), antecedendo de perto as ocupações calcolíticas do Monte do Trigo (Idanha-a-Nova). A análise arqueográfica das produções cerâmicas calcolíticas, revelaram à autora, nesta área da Beira Baixa, dois fácies calcolíticos globalmente contemporâneos, um, mais setentrional, ligado ao mundo das cerâmicas decoradas a pente do norte do País, o outro, de evidentes afinidades alentejanas, com taças de bordo espessado internamente, pratos de bordo almendrado, e pesos de tear em forma de crescente, associação também presente no mais notável povoado calcolítico da região: refiro-me ao sítio fortificado da Charneca de Fratel, onde Joaquina Soares dirigiu escavações em 1988, infelizmente ainda não publicadas como mereciam. Importa, enfim, valorizar os escassos fragmentos de vasos campaniformes do Monte do Trigo, que foram atribuídos à categoria de “bens de alto valor sócio-simbólico supra-regional”, tendo presente a escassez de

tais produções na região, e o carácter importado das mesmas, no quadro de “uma incorporação aparentemente isolada, sem quaisquer rupturas de natureza arqueológica”.

Depois de uma lacuna que felizmente já vem sendo colmatada noutras regiões do País, o registo arqueológico volta a estar presente no Bronze Final, conforme a autora muito bem tem vindo a demonstrar através da exploração sistemática de povoados de altura de Castelejo (Sabugal), Monte do Frade (Penamacor), Alegrios e Moreirinha (Idanha-a-Nova), continuadas por outras intervenções até o presente. Entre estas, avultam no povoado da Cachouça (também no concelho de Idanha-a-Nova), onde, pela primeira vez nesta região, se identificou uma presença dos primórdios da Idade do Ferro, de cunho meridional, cujos elementos se mesclam a outros, oriundos da Meseta. Datada pelo radiocarbono nos séculos VIII/VII a.C., encontra-se associada a produções do Bronze Final, num processo de osmose e de continuidade cultural muito interessante, a que a autora dá o merecido destaque, apesar de a certas perguntas não ter podido dar resposta, “por falta de apoios considerados indispensáveis”. Seja como for, é nessa época que, segundo uma expressão feliz da autora, se verifica a “transformação, lenta e persistente, de um espaço num território”, processo que não é indissociável das transformações sociais, as quais, tal como o aludido fenómeno da territorialização, podem remontar, do meu ponto de vista, ao Calcolítico, como em outras regiões do País.

O tema do Calcolítico do centro e sul da Beira Interior voltou a ser apresentado, com novos dados, na comunicação ao colóquio de Santiago de Alcântara, entretanto publicada em Inglaterra em 2008. É a própria autora que, assumindo certas revisitações a temas já tratados em partes anteriores da obra, as não considera supérfluas, até por permitirem acompanhar o próprio progresso das concepções a partir de novos testemunhos materiais obtidos em primeira mão, que a pouco e pouco foram surgindo, em outros concelhos como os do Fundão, Sabugal e Covilhã, para cujo conhecimento arqueológico muito tem contribuído.

Um dos exemplos mais frisantes dessa evolução dos conceitos, pode ser ilustrado com o estatuto atribuído aos artefactos de ferro por si recolhidos em contextos do Bronze Final da região, questão abordada no último contributo publicado. Se, em 1995, dada a raridade e o exotismo de tais peças, elas foram conotadas com objectos de prestígio, só reservadas a uns quantos, já a multiplicação dos achados e o carácter utilitário dos artefactos, com base em levantamento exaustivo por si conduzido, que abarcou todo o território nacional, levou-a a concluir, em 2006, que o uso do ferro no Bronze Final se inseriu, antes, na continuidade da utilização do bronze, já que eram idênticos os artefactos fabricados, embora deixe em aberto a possibilidade de diferentes entendimentos, por parte das

comunidades que primeiramente o usaram, certamente em resultado de contactos com o Mediterrâneo anteriores ao século XI a.C., e, deste modo, precursores da empresa fenícia em território peninsular.

Aliás, a questão da existência de influxos mediterrâneos nesta zona interior do território português no decurso do Bronze Final, tema tratado no quinto contributo publicado, não pode ser desligada dos influxos de outras origens geográficas. Com efeito, enquanto que nos domínios geográficos mais setentrionais, separados pela Cordilheira Central dos espaços abertos que se desenvolvem a sul desta, dominavam, como seria de esperar, as cerâmicas do tipo Baiões, associadas às de “âmbito Cogotas”, já a sul são mais comuns as cerâmicas do tipo Lapa do Fumo e do tipo Carambolo. Trata-se, pois, de um processo de territorialização cultural, idêntico ao já observado no Calcolítico, reforçando o papel desta região como uma espécie de ecótono, entre o norte e o sul, o litoral ocidental e o interior peninsular, realidade que volta a afirmar-se nos últimos séculos antes de Cristo, confrontando-se agora influxos célticos com os ibéricos, representados, uma vez mais, pelas respectivas produções cerâmicas: é o caso da distribuição de cerâmicas pintadas de cunho ibérico face às estampilhadas, de conotação celtizante.

E que dizer das práticas rituais? Claro que não foram esquecidas, mas também não possuem o peso esmagador que outros autores lhes atribuem, que muitas vezes só serve para prejudicar as próprias interpretações apresentadas. Desde aspectos para os quais chama justamente a atenção, mas que não são da sua área específica de investigação, como é o caso do faseamento do megalitismo regional, ou das diferentes teorias sobre a sequência da arte rupestre do vale do Tejo, até à difícil questão das estelas insculturadas de “tipo extremenho” ou às práticas funerárias do Bronze Final (ou da ausência delas...), assuntos em que tem produzido contributos fundamentais, passando pelo estudo de outros testemunhos que quase caíram no esquecimento, mas de extraordinário interesse, como é o caso dos depósitos rituais de machados de pedra polida, antecessores quase desconhecidos da prática que se veio a generalizar na Idade do Bronze, tudo é tratado com rigor objectividade. E é essa segurança na manipulação dos dados primários, que explica o agrado com que se lê a interpretação dos dois depósitos rituais de recipientes cerâmicos, encontrados sob o talude artificial existente na Cachouça: o mais antigo, remontando ao Bronze Final e correspondente a cerimónia de fundação da estrutura, sob a qual se encontrava enterrado; o mais recente, já da Idade do Ferro, depositado, depois de partido o recipiente intencionalmente *in situ*, no topo do talude, entre os blocos que o constituíam, como que a corporizar a sua definitiva condenação. É escusado salientar o alto interesse destas observações para a recuperação de um mundo de imate-



rialidades, de gestos e de crenças, definitivamente inacessível, mas onde podem ter cabimento os paralelos etnográficos actuais, especialmente africanos, para os quais chama, com as devidas reservas, a atenção.

Para a autora, a região comportou-se ao longo do I milénio a.C., como uma verdadeira fronteira cultural, dando origem a uma realidade diversificada, onde se admite ser possível entrever, no futuro, sub-áreas culturais específicas, aliás sugeridas pela distribuição territorial diferenciada dos espólios cerâmicos atrás referidos. Esta questão, que entronca com a própria origem e estatuto dos Lusitanos, que ocuparam esta região na primeira metade do I milénio a.C., é afluída pela autora, que reconhece, sobretudo, a visibilidade da ignorância do tempo presente, tornada “ainda mais evidente porque, hoje, talvez se exija da Arqueologia muito mais do que ela pode dar. E, se calhar, ainda bem”. Ainda bem, pois, para que, nos tempos vindouros, continuemos a sermos brindados com mais reflexões, da qualidade das que, agora, Raquel Vilaça pôs à disposição de todos: arqueólogos, estudantes e cultores do conhecimento do passado desta bela e diversificada região do interior beirão, ou, melhor dizendo, regiões, só possíveis desde que surjam os indispensáveis apoios que, para bem da arqueologia portuguesa faço votos que estejam à altura do talento, rigor e seriedade da autora, tão claramente expostos nesta bela obra.